

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

*Ana Débora Costa do Nascimento Mascarenhas*  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Arlete Ramos dos Santos*  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Hete Teixeira Leal*  
Universidade estadual do Sudoeste da Bahia

*Geysa Novais Viana Matias*  
Universidade estadual do Sudoeste da Bahia

**Resumo:** Os movimentos sociais no Brasil tiveram seus primeiros passos dados ainda no Brasil colônia com a luta das classes menos favorecidas como os escravos, a inconfidência mineira, entre outros. No século XIX o movimento feminista também tem sua luta iniciada. Outros movimentos se tornaram mais evidentes no país a partir da década de 1940 e tem uma luta marcada pela busca de igualdade de direitos. Este estudo tem como o objetivo de fazer um levantamento bibliográfico sobre a importância dos movimentos sociais e educação de jovens e adultos no Brasil, e o levantamento do perfil dos educandos do PROEJA no Centro Educacional Territorial de Educação Profissional – CETEP de Vitória da Conquista – BA. Para a sua realização foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, seguida de uma entrevista semiestruturada com a gestora da instituição para atender ao objetivo proposto. A metodologia utilizada foi qualitativa, descritiva e exploratória. Os resultados apontam que o perfil dos estudantes do PROEJA do CETEP são pessoas com idade superior a 30 anos, com baixa renda e que buscam a qualificação profissional para adentrar ao mercado de trabalho. Os resultados também apontam que ao longo da história da Educação de Jovens e Adultos, os movimentos sociais tiveram papel importante para a inclusão dessa modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Também se constatou que a EJA continua arraigada a um modelo de educação voltado para os interesses do capital.

**Palavras chave:** Educação; Políticas públicas; Trabalho.

### 1 Introdução

A aprendizagem é um processo contínuo, e acontece de maneiras diferentes, mas permanece ao longo da vida humana. A educação de uma ótica mais ampla, prepara o indivíduo para o desenvolvimento de suas atividades ao longo da vida. Podendo ser realizada de maneira formal, informal e não formal. A educação formal acontece com uma intencionalidade, um planejamento em um espaço definido como a escola. Para que ela aconteça de maneira sistematizada tem como base os pilares desenvolvidos pela UNESCO, aprender a ser, aprender a aprender, aprender a conhecer e aprender a fazer.

Já educação informal acontece em espaços fora do ambiente escolar como: igrejas e sindicatos, surge no contexto mundial depois da Segunda Guerra mundial para suprir as necessidades que a escola formal não consegue atingir. A educação informal acontece em diversos espaços, sem intencionalidade (FÁVERO, 2007).

Os movimentos sociais começaram a se expressar no Brasil ainda no século XIX com o movimento feminista, nas décadas de 1940 e 1950 esses movimentos ganharam força, mas somente na década de 1970 passaram a ser organizar e definir suas pautas de luta. Surgindo nessa época o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e Movimento dos Trabalhadores Sem Tetos – MTST.

Hoje muitos outros movimentos se apresentam em busca de validar sua luta como o movimento negro, o movimento estudantil, entre diversos outros que aglutinam suas bases demandatárias. Muitas vezes esses movimentos demandam conflitos internos devido aos seus participantes que apresentam relações com outros grupos. E por isso a solidariedade é um princípio importante para a manutenção dos grupos e minimização dos conflitos.

No Brasil a educação tem passado por mudanças e adaptações a partir da presença dos movimentos sociais que buscam a garantia do direito fundamental garantido na Constituição de 1988. Uma educação de qualidade, laica, inclusiva e gratuita.

As mudanças no processo educacional no Brasil só foram possíveis depois da Constituição de 1988, a partir de então se passou a ter um cuidado maior com as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, educação do campo, educação inclusiva.

A educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino voltado para superar as necessidades educacionais dos alunos que passaram da idade de estudar e alfabetizar. Esse estudo tem como objetivo fazer um levantamento bibliográfico sobre a importância dos movimentos sociais e educação de jovens e adultos no Brasil, e o levantamento do perfil dos educandos do PROEJA no Centro Educacional Territorial de Educação Profissional – CETEP de Vitória da Conquista – BA.

## 2 Referencial teórico

Com o intuito de oferecer um suporte para o entendimento do tema em estudo se fez uso de uma revisão de literatura sobre as políticas públicas de movimentos sociais e a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Não se fará um levantamento histórico e detalhado. Todavia as principais políticas públicas e a definição da EJA serão tratadas neste estudo.

## 2.1 Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos no Brasil

O Brasil da década de 1940 com intenso processo de industrialização necessitava de mão de obra qualificada, mas a população era em sua maioria analfabeta. A partir de 1945 a esquerda se mobilizou em busca de melhorar as condições de trabalho, pois acreditava na industrialização como forma de ascensão social, e reuniu movimentos populares de bairros, pedagogos e até a igreja para oferecer uma educação de qualidade, gratuita para todos, com a ideia de que a educação surgia como instrumento de desenvolvimento da nação (SAVIANI, 2008).

No começo da década de 1960, com o objetivo de conscientizar a população utilizando as mobilizações culturais, artísticas e educacionais, surge em Recife/PE o Movimento de Educação Popular, uma ação conjunta entre UNE (União Nacional dos estudantes), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e Paulo Freire (ARANHA, 1996).

A “Campanha de pé no chão também se aprende a ler” esse movimento ganha outros contornos e se expande até O Rio Grande do Norte, conseguindo alfabetizar 300 trabalhadores em apenas 40 horas com a metodologia de Paulo Freire. Com essa ação e sua notoriedade o então presidente do Brasil João Goulart faz o convite para que o educador Paulo Freire possa coordenar o Programa Nacional de Alfabetização (ARANHA, 1996).

Em 1964, o Golpe Militar no estado brasileiro desorganiza os movimentos de cultura popular e Paulo Freire vai para o Exílio na Bolívia, pois sua conduta antes entendida como promotor de uma educação libertadora, agora é acusado de prática subversiva (BEISIEGEL, 1996).

No começo da década de 1970, os movimentos sociais começam a se intensificarem em diversos setores da sociedade e também na educação inclusiva. O Brasil dessa época estava em regime ditatorial, o pensamento marxista centrado na luta de classes estava em alta no país.

Em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, a educação passa a ser entendida como um “direito de todos e dever do estado”. A educação inclusiva passa a ser uma prioridade envolvendo pessoas com deficiência, pessoas que passaram da fase de escolarização na inclusão das ações educativas. Nessa perspectiva, se observa que os movimentos sociais foram importantes para grandes conquistas da sociedade, em especial no campo da educação inclusiva.

O Movimento dos Sem Terra - MST, surgiu no Brasil como resposta ao capitalismo no campo, uma luta pela terra, é produto de um momento histórico e de uma organização de luta. Uma das prioridades do MST é o direito à educação gratuita e de qualidade.

De acordo com o pensamento de Mészáros existe também a necessidade de conquista da emancipação humana, se faz imprescindível universalizar o trabalho e a educação, quando afirma que “não pode haver uma solução efetiva para autoalienação do trabalho sem que se promova, conscienciosamente, a universalização do trabalho e da educação” (MÉSZÁROS, 2005, p. 67).

No Brasil, a Educação do Campo surge em julho de 1997, quando é realizado o Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), é importante lembrar que embora tenha tido como protagonistas os povos do campo, em especial, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), esse encontro contou com a parceria da Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), também com parcerias entre organismos de interesse do capital agora parceiros UNICEF e UNESCO que passa a ser presente em todos os encontros com o intuito de contribuir com futuros investimentos (SILVA, 2010).

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem passado por mudanças significativas desde seu advento, o governo do PT investiu em programas de educação voltada para os Jovens e Adultos. Com o governo Temer as medidas começaram a ser restritivas para a educação e o governo Bolsonaro tem retirado recursos da educação e criando novos mecanismos para mitigar o EJA.

Todavia, para Di Pierro (2019), os direitos educativos consagrados nas leis e nas políticas de alfabetização e do EJA, são frutos de lutas e conquistas de movimentos sociais que se formaram a mais de 40 anos e que nessa história do EJA ainda há muito para ser escrito. Mesmo não sendo o governo atual comprometido para a Educação de Jovens e Adultos, novos capítulos para a educação ainda estão para serem escritos.

## **2.2 Políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos**

A educação pode ser realizada de diferentes maneiras senso essas a forma, não formal e informal. Segundo Gohn (2006, p. 28), quando se fala em educação não formal, é quase

impossível não falar ou confrontar com a educação formal. A professora faz uma distinção entre as três modalidades, e seus campos de atuação:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Logo, a educação acontece em todos os espaços de convivência dos seres humanos. Todavia, algumas modalidades de ensino e aprendizagem são distintas na educação formal com objetivos diferenciados para serem alcançados e um público específico para ser atendido.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil é compreendida como modalidade da educação básica. Na Constituição Federal de 1988 a mesma é definida como um conjunto de políticas educacionais que garante a gratuidade e a qualidade de educação para os indivíduos que não tiveram acesso a educação em idade própria. Todavia, tem se observado que a educação básica como direito de todos tem sido vista como um serviço prestado no mercado ou no setor da filantropia (FRIGOTTO, 2002).

No governo do Presidente Lula (2003-2010) a proposta do EJA estava entre as prioridades da educação, porém, em função das exigências de diversas forças sociais continuou pautada nas ações do governo de FHC. Mesmo com algumas mudanças e o desenvolvimento de programas como Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), o Alfabetização Solidária, o Programa Brasil Alfabetizado, Programa Fazendo Escola, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (PROEJA) com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) (DI PIERRO, 2010).

Os educandos com mais de 15 anos de idade acabam migrando para o EJA aumentando assim o número de pessoas cada vez mais jovens na educação de Jovens e Adultos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB Lei 9394/96, reduz para 15 e 18 anos a idade mínima para que os jovens concluam o ensino fundamental e médio. Esse público que agora chega ao EJA são pessoas que muitas vezes fracassaram no ambiente escolar, e por motivos diversos não

alcançaram sua meta, e migram para essa modalidade de ensino para concluir seu nível de escolaridade.

Em 2012 a então presidente Dilma Lança o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONATEC, com o intuito de atender os jovens e adultos e a educação básica. Esse programa tanto na esfera técnica quanto a financeira, os municípios e estados voltados para a educação profissionalizante, vinculado a esse programa tem ainda o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Este último voltado para pessoas que já possuem o ensino médio, mas necessita de uma profissionalização ou qualificação profissional.

O programa EJA Saberes da Terra, foi criado com vinculação ao PRONATEC cujo objetivo é aumentar a escolaridade de jovens e adultos do campo. Neste programa existe a educação das séries iniciais do ensino fundamental (alfabetização) e finais do ensino fundamental integrada à qualificação profissional e ao ensino médio (BRASIL, 2014).

Com o governo Temer em 2017 foi aprovada a Medida Provisória com poucas alterações, dando origem a Lei n. 13.415, que dá materialidade a uma grande mudança no Ensino Médio Brasileiro com impacto irremediavelmente negativo na vida dos jovens do país, uma vez que autoriza a realização de 40% da carga horária do ensino médio seja realizada à distância quanto a educação de jovens e adultos, a proposta é que seja 100% fora da escola.

O governo Bolsonaro tem se interessado em implementar novas escolas cívico-militares e tem reduzido significativamente os investimentos em educação. Fatores que estão dificultando a Educação para Jovens e Adultos.

A história do EJA deve ser vista não apenas como a exclusão do acesso á educação, mas como um fenômeno de luta pela superação da miserabilidade. É notório que a educação tem passado por um processo de mercantilização e negado a classe trabalhadora o conhecimento sistematizado.

Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente é romper com a estrutura da naturalização das desigualdades e com o discurso da meritocracia. (MÉSZÁROS 2008, p. 47)

O que se ver no projeto da Educação de Jovens e Adultos é a formação mínima para o trabalho. Transformando o ser humano em objeto de produção de riqueza privada. “Quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (MARX, 2009, p. 81).

No ano de 2000 foi aprovado pela Câmara de Educação Básica as Diretrizes para a EJA, que defende a referida modalidade de ensino com definições: reparadora, equalizadora e qualificadora Brasil (2000, p. 34-38):

A função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (p. 34). (...) A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados, encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura de canais de comunicação (p. 38). (...) Essa tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função ela é o próprio sentido da EJA.

Garantir a oferta de vagas para a EJA é muito mais que uma política governamental, é o resultado de lutas por direitos, tanto da sociedade brasileira, quanto de organizações sociais com o aval de entidades internacionais. Sedo assim, é uma modalidade de ensino que demanda um currículo flexível, um Projeto político Pedagógico diferenciado, um planejamento pedagógico específico para essa modalidade. Somente assim, se pode garantir a concretização das funções da EJA.

Todavia, é notório que essas funções ainda não são atingidas em sua totalidade. O modelo de ensino ainda está arraigado a formação de profissionais para o mercado de trabalho, restrita as necessidades do modelo societário de capital. A reforma do ensino médio abriu espaço para que a EJA seja feita com 80% de sua carga horária na modalidade a distância. Fator que dificulta ainda mais o acesso á educação para os jovens.

### **2.3 EJA e educação do campo**

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

As peculiaridades da vida rural, bem como com a região em que o estabelecimento de ensino está instalado e por ser destinada a um povo com cultura e cotidiano de vida diferentes do povo da cidade. É salientado, ainda nos incisos I, II e III do art. 28, da Constituição Federal de 1988, as adaptações no currículo e nas metodologias de ensino, as quais devem ter uma organização escolar própria, com calendários que sigam o ciclo agrícola e o fator climático e um ensino voltado para o trabalho no campo.

Sendo assim, a educação camponesa se diferencia também nas expressões de caráter político, social e econômico, trazendo em sua história marcos e lutas populares por uma educação que defenda e garanta os interesses da classe trabalhadora rural.

A educação do campo surge como uma proposta não apenas educacional, mas de resistência, que valoriza a identidade do sujeito do campo na escola, que seus ensinamentos estejam adequados a realidade e necessidades dos alunos do campo, que o calendário escolar esteja de acordo com o ciclo agrícola, entre outras características.

Educação do Campo conforme o conceito de Caldart (2012, p. 257).

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. É nessa conjuntura de formação humana, que refletimos sobre os Direitos a uma formação que garanta a permanência das famílias que vivem no campo.

A educação no campo ao longo da história foi marginalizada, reafirmando que o homem do campo é um sujeito atrasado, que majoritariamente por exercer um trabalho braçal não necessitaria de educação, afinal está também vem acompanhada ao controle da elite, visto que quanto menos esses sujeitos do campo souberem, mais fácil será sua exploração.

Assim como afirma Arroyo *et al*, (2011), as políticas públicas educacionais ficam sem importância durante muito tempo no Brasil. Para esses autores o movimento Por uma Educação do Campo nasceu para denunciar esse silenciamento e esquecimento, tanto por órgãos governamentais como por pesquisadores das questões sociais e educacionais.

A educação do campo não pode e não deve ser vista apenas como uma educação meramente escolar.

Fazer essa redução é extremamente grave porque tira a dimensão do conflito, da luta de classes, reduzindo-a aos processos de ensino aprendizagem que ocorrem no ambiente escolar. Estes processos são importantes e é necessário incidir sobre eles, pois ao fazer isso, também incidimos sobre como vai se constituindo a leitura de mundo dos educandos - apesar de ser muito mais que isso o desafio e a tarefa da Educação do Campo (MOLINA, 2015, p.382).

A Educação do Campo procura construir um terreno sólido, a partir de um projeto político pedagógico construído pelos próprios sujeitos. Nesse âmbito, a escola almeja, além de formar alunos, uma educação que contribua com a vida do aluno no meio em que se insere fora do espaço escolar.

Em 2010, por meio do Decreto nº 7.352, a educação do campo é reconhecida como uma política pública no qual reconhece a população do campo: agricultores familiares, extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

O novo Plano Nacional da Educação – PNE visa a manutenção do homem do campo no campo, mas não como produtor e operário, as mudanças conquistadas são importantes, mas as escolas do campo devem preparar o cidadão em sua plenitude não apenas como mão de obra.

Para Ghedin (2012), a Educação do Campo foi inspirada a partir de um pensamento educacional socialista, que colidiu com os ideais do regime militar em 1964, sendo retomada com os movimentos sociais na década de 1990, período em que várias ações educativas foram desenvolvidas em prol da população do campo.

A educação é uma das principais vias de luta promovidas pelos movimentos sociais no campo, que se orienta a partir de concepções político-pedagógicas com a finalidade de dinamizar as relações dos sujeitos para a formação de condições da vida social. Nesse sentido, o movimento camponês exerce função fundamental na educação, mesmo naquela concebida como informal, através de seus saberes e vivências que expressam o exercício da liberdade e autonomia.

### 3 Metodologia

A presente pesquisa se caracteriza como exploratória, descritiva e qualitativa. Para a sua realização, foi feita uma pesquisa bibliográfica com o intuito de oferecer uma discussão sobre a temática estudada. Na metodologia qualitativa o pesquisador é ao mesmo tempo sujeito e objeto da pesquisa, pois é um sujeito parcial e limitado. Sobre a pesquisa qualitativa Minayo (2001, p. 14) defende que:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação.

Para a análise dos dados coletados, foi utilizado como referência o materialismo histórico dialético que é um enfoque teórico que colabora para o entendimento da realidade partindo de sua singularidade, particularidade e universalidade.

De acordo com a teoria de Marxista a transformação de uma realidade só pode ocorrer quando um conjunto de forças ou interesses contrários acontecem de forma conjunta, de maneira inconciliável, mesmo sendo um mesmo fenômeno, se resolve transformando este em outra coisa. Por essa razão compreender as determinações dos fenômenos é uma tarefa essencial que só podem ser aprendidas na prática. Dessa forma, a prática passa a ser um critério verdadeiro e fundamental do conhecimento humano para o desenvolvimento do ser genérico em todas as práticas sociais.

Os instrumentos de coleta de dados foram a análise documental de dados sobre a EJA e a realização de uma entrevista semiestruturada com as gestoras da unidade escolar e a coordenação pedagógica. A pesquisa documental é um método que oferece informações sobre a realidade social, sem nenhuma concepção filosófica.

O local de investigação dessa pesquisa foi o Centro Educacional de Educação Profissional – CETEP de Vitória da Conquista – BA, que oferece os cursos profissionalizantes de Edificações, Administração e Logística, a única instituição do município que oferece os cursos apresentados.

#### 4 Resultados e discussão

O PROEJA é um é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos, que tem por objetivo oferecer oportunidade da conclusão da educação básica, juntamente com a formação profissional àqueles que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular.

O curso é oferecido para jovens e adultos que já tenham concluído o ensino fundamental que possui idade superior a 18 anos. Os cursos são oferecidos em forma presencial com carga horária de 24000 horas distribuídas em seis semestres. Ao final do curso o aluno recebe o diploma técnico na habilitação escolhida (BRASIL, 2016).

São cursos de nível médio, integrados á educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O CETEP oferece os cursos de edificações, administração e logística para os alunos do EJA, os dados coletados apontam que os educandos são em sua maioria são pessoas com idade superior a 30 anos, com prevalência do gênero masculino nos cursos de administração e logística e do gênero masculino nos cursos de Edificações. Em sua maioria são pessoas de baixa renda trabalhadores e que estudam no turno noturno. A instituição não oferece os cursos do EJA em outro turno.

De acordo com a gestora da instituição o índice de evasão escolar gira em torno de 10% dos matriculados. E embora a instituição ofereça cursos de agroecologia e agropecuária para o ensino médio profissionalizante, e para quem já tem o ensino médio, não tem disponível esses cursos na modalidade EJA.

O que se observa com os esses resultados é que os educandos da EJA, são pessoas de baixa renda que buscam na educação profissional uma qualificação para adentrar ao mercado de trabalho. Embora seja uma modalidade de ensino profissionalizante de nível médio, essa institucionalização da educação tem por objetivo oferecer conhecimentos necessários para a maquinaria produtiva.

Sob a ótica de Mészáros (2006), em seu livro A Educação para além do capital nos últimos 150 anos, a educação institucionalizada serviu em forma geral para oferecer conhecimentos e preparação de mão de obra para as classes dominantes. Assim os homens acreditam não haver outra alternativa para além do capital.

Marx (2009), defende que quanto mais breve o tempo educacional, mas exigida pra o trabalho menor é o custo do operário. Sendo assim, se compreende que a EJA necessita de

novas diretrizes e formação desses profissionais. Há uma necessidade de formação integral para a superação do capital baseado no trabalho associado.

## 5 Considerações finais

Com a realização desse estudo se verificou que a Educação de Jovens e Adultos tem passado por mudanças com as diferentes mobilizações dos movimentos sociais ao longo da sua história, porém ainda está presa aos grilhões de uma institucionalização da educação do trabalho explorado.

Com o presente estudo foi possível fazer um levantamento bibliográfico sobre a importância dos movimentos sociais e educação de jovens e adultos no Brasil, e o levantamento do perfil dos educandos do PROEJA no Centro Educacional Territorial de Educação Profissional – CETEP de Vitória da Conquista – BA.

Demonstrando que os movimentos sociais tiveram um papel importante na busca por uma educação inclusiva, laica de qualidade, pública e gratuita, mas que os desafios ainda são muitos e a luta ainda se faz necessária. Também se constatou que o perfil dos educandos da instituição estudada é de pessoas com baixa renda e que buscam na educação profissional uma maneira de adentrar no mercado de trabalho com a formação mínima exigida.

## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete & MOLINA, Mónica Castagna (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BEISIEGEL, Celso Rui. **Política e Educação popular: teoria e prática de Paulo Freire no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em: Acesso em março de 2015.

BRASIL. Disponível em: Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2016.  
[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%205.840-2006?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%205.840-2006?OpenDocument) Acessado em 10 de abril de 2021.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salate. In **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salet Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. In **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salet Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DI PIERRO, Maria Clara. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: **Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GHEDIN, E. **Educação do campo**: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. [tradução: Jesus Ranieri]. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4.ed. Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 2010.

MOLINA, M. C. Educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. Viçosa: **Educação e perspectiva**, v.6, n.2, p. 378-400, jul/dez, 2015.

MST. **Boletim da Educação nº 09**, Educação no MST Balanço dos 20 anos, 2004.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Alessandra Almeida. **A relação trabalho educação na Proposta Pedagógica do MST**. Monografia de final de curso Pedagogia da Terra. Teixeira de Freitas BA: Universidade do Estado da Bahia, Campus IX, 2010.